ANO V V. 112

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

01/11/2023 A 24/11/2023





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito; e
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão:Rebeca Reitz e Camila Veloso
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	20
NORMAS MUNICIPAIS	28
NORMA EM DESTAQUE	29
INFORME LEGISLATIVO	33
FIQUE DE OLHO	34
ESTANTE VIRTUAL	36
SEMAS NA MÍDIA	37



ATUALIZADO EM 24/11/2023

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta 112ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se em âmbito federal **PORTARIA GM/MPI Nº 302, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023**, que institui Grupo de Trabalho Emergencial de Enfrentamento à Crise Climática nos Territórios indígenas, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas. Além dela, também há a **PORTARIA GM/MMA Nº 833, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023**, que dispõe sobre os requisitos para a edição da lista de municípios situados no bioma Amazônia prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Nas publicações estaduais, ressalta-se a **RESOLUÇÃO COGES-Clima Nº 02, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023**, que torna Público a criação de Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Construção do Sistema Jurisdicional de REDD+ (CTAC-REDD+), do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima). Além deste normativo, tem-se também a publicação do **DECRETO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023**, onde ficam nomeados os representantes para compor o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES - Clima).

E no âmbito municipal, o destaque é a publicação da **RESOLUÇÃO Nº 037/2023 - COMDAC**, que aprova o Plano Municipal de Enfrentamento às Violências contra Criança e Adolescentes.

Na seção "Norma em Destaque", enfatizou-se a publicação do **PORTARIA GM/MMA Nº 834, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023**, que dispõe sobre a edição da lista de municípios situados no Bioma Amazônia considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

O "Informe Legislativo" desta edição, comunica, também, a publicação do **RESOLUÇÃO COGES-Clima Nº 02, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023**, que torna Público a criação de Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Construção do Sistema Jurisdicional de REDD+ (CTAC-REDD+), do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima). Enfatiza-se, também, a **PORTARIA SEMAS Nº 2.563, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023**, que institui a Comissão Eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM), para o biênio de 2023/2025.

No "Fique de Olho", divulga-se o **VI Congresso Amazônico de Direito Internacional dos Direitos Humanos**, realizado no Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o **III Ciclo de Minicursos da Procuradoria Fundiária, Ambiental, Minerária e Imobiliária - PFAM/PA,** Promovido pela Procuradoria do Estado (PGE/PA), este ciclo conta com palestras sobre Litigância climática, comercio de emissões de gases de efeito estufa, mineração, seus impactos e sistema de indenização.

Na “Estante Virtual”, recomenda-se a leitura do livro “Contribuições para a História Natural do Rio Capim”, do pesquisador do Museu Emilio Goeldi Pedro L. B. Lisboa, analista em ciência e tecnologia do Museu Emilio Goeldi Maria das Graças Ferraz e o mestre em ciências biológicas pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Ele traz um relato histório do rio, que é um dos afluentes do Rio Guamá, em sua relação histórica com a intervenção humana, influencia para comunidades tradicionais que habitam sua margem até os dias de hoje e o acervo florestal que ele possui.

Na seção "SEMAS na Mídia", é apresentada a matéria que ressalta o enfoque dado pela SEMAS para priorizar as comunidades tradicionais para a distribuição de beneficios do Sistema REDD+.

Por fim, ressaltamos que o mês de outubro é marcado pela campanha **“novembro azul”**, de conscientização e prevenção do câncer de próstata Confira mais informações acessando a biblioteca virtual de saúde, do Ministério da Saúde, acessando: **Novembro Azul: mês mundial de combate ao câncer de próstata.**

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

LEI Nº 14.719, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

LEI Nº 14.720, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

LEI Nº 14.722, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e ao Transplante de Órgãos e Tecidos.

LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

LEI Nº 14.724, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.

LEI Nº 14.729, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera as Leis nºs 13.724, de 4 de outubro de 2018, e 10.257, de 10 de julho de 2001, para ampliar a participação popular no processo de implantação de infraestruturas destinadas à circulação de bicicletas, bem como para determinar a compatibilização do Plano de Mobilidade Urbana com a ampliação do perímetro urbano.

LEI Nº 14.730, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Denomina Rodovia Bernardo Sayão trechos das rodovias BR-153, BR-226, BR-010 e BR-316.

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.731, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar.

LEI Nº 14.734, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.192, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Auxílio Extraordinário destinado a pescadores e pescadoras profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte.

DECRETO Nº 11.766, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Rede de Desenvolvimento do Esporte.

DECRETO Nº 11.771, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apresentar propostas para fortalecer a Cadeia Nacional do Leite.

DECRETO Nº 11.772, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas.

DECRETO Nº 11.773, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 9.878, de 27 de junho de 2019, que institui a Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional.

DECRETO Nº 11.774, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, para dispor sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

DECRETO Nº 11.777, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Promulga o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, de 15 de dezembro de 1989.

DECRETO Nº 11.778, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.668, de 24 de agosto de 2023, para dispor sobre os benefícios fiscais de que tratam os art. 56, art. 57, art. 57-A, art. 57-C e art. 57-D da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativos a créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, e sobre o acompanhamento desses benefícios fiscais, na forma prevista no art. 4º da Lei nº 14.374, de 21 de junho de 2022.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.779, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

DECRETO Nº 11.780, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

DECRETO Nº 11.781, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

DECRETO Nº 11.783, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa Brasil Mais Produtivo e o Comitê de Orientação Estratégica do Programa Brasil Mais Produtivo.

DECRETO Nº 11.785, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas.

DECRETO Nº 11.786, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor.

DECRETO Nº 11.787, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar proposta do Plano Nacional de Comunicação Antirracista.

DECRETO Nº 11.790, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS - AGSUS.

DECRETO Nº 11.791, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição.

DECRETO Nº 11.793, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite.

DECRETO Nº 11.794, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

DECRETO Nº 11.795, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COARF Nº 1, DE 16 DE JUNHO DE 2023. Institui o Comitê das Agências Reguladoras Federais - COARF.

RESOLUÇÃO CGPAL Nº 6, DE 21 DE AGOSTO DE 2023. Autoriza a destinação de recursos para reembolso de valores, a título de compensação por impactos socioambientais irreversíveis em terra indígena, à Transnorte Energia S.A., concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pela construção, operação e manutenção do Linhão de Tucuruí, objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-Aneel.

RESOLUÇÃO MMA Nº 22, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023. Aprova minuta do Termo de Compromisso de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), para fins do disposto no art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

RESOLUÇÃO CGPAL Nº 7, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023. Autoriza a destinação de recursos para reembolso de valores, a título de compensação por impactos socioambientais irreversíveis em terra indígena, à Transnorte Energia S.A. concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pela construção, operação e manutenção do Linhão de Tucuruí, objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-Aneel.

RESOLUÇÃO CGEN Nº 41, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023. Aprova modelo de declaração para fins de informação de que o micro-organismo destinado a transferência ao exterior não foi isolado de substratos do território nacional, do mar territorial, da zona econômica exclusiva ou da plataforma continental.

RESOLUÇÃO INCRA/CD Nº 64, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Edição de Instrução Normativa para dispor sobre os procedimentos administrativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o reconhecimento de projetos de assentamento de outras entidades governamentais e de unidades de conservação de uso sustentável para a inclusão de unidades agrícolas familiares no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

RESOLUÇÃO CONSELHO DA FEDERAÇÃO Nº 1, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Institui Câmaras Técnicas Permanentes no Conselho da Federação.

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SG/PR Nº 11, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a Consulta às Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais.

RESOLUÇÃO SESAN Nº 1, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova a Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

RESOLUÇÃO CVM Nº 194, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021.

RESOLUÇÃO CONSUG-MD Nº 17, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova o Plano Estratégico Setorial 2024-2027.

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 129, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova as prioridades pactuadas para o plano de ação e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 987, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Resolução Codefat nº 957, de 21 de setembro de 2022, que dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, dando nova redação ao artigo 54 e incluindo o artigo 59-A, relativos à bolsa de qualificação profissional, para simplificar o envio de documentação necessária e admitir carga horária diferenciada em situação de calamidade pública.

RESOLUÇÃO CD Nº 66, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Edição de Instrução Normativa para dispor sobre o processo de seleção das famílias ou indivíduos residentes em Projetos de Assentamento Agroextrativistas - PAE para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 135, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para o reconhecimento de projetos de assentamento de outras entidades governamentais e de unidades de conservação de uso sustentável para a inclusão de unidades familiares no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 136, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o processo de seleção das famílias ou indivíduos residentes em Projetos de Assentamento Agroextrativistas - PAE para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 26, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece as regras para exportação, importação e reexportação de Prionace glauca (tubarão azul), espécie constante no Anexo II, da Convenção sobre o Comércio da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites).

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRT/MGI Nº 38, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, que estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle eletrônico de frequência e a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

PORTARIA MDA Nº 8, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023. Reconhecer as 55 famílias da Comunidade Quilombola Bacabal, código SIPRA nº PA0721000, localizada no município de Salvaterra, Marajó, estado do Pará, pertencente ao Território Quilombola de Bacabal.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA INCRA Nº 188, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023. Instaurar a Mesa Nacional de Diálogo Quilombola, como espaço estratégico de interlocução entre os vários órgãos do Governo Federal e a sociedade civil organizada.

PORTARIA MIDR Nº 3.386, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MPOR Nº 439, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023. Declaração de utilidade pública, para fins de supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, de empreendimento de interesse nacional, essencial à infraestrutura portuária.

PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 84, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras.

PORTARIA MINC Nº 81, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Constitui Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de discutir temas relevantes e definir diretrizes para a construção de marco legal de proteção dos Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais Tradicionais.

PORTARIA MIDR Nº 3.408, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MIDR Nº 3.425, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA ICMBIO Nº 3.738, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023. Delega competências à Equipe de Instrução Processual e Julgamento em 1ª Instância de Autos de Infração - EIJAI no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (processo nº 02070.002413/2022-44).

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 116, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Atuação Estratégica em Matéria Fundiária (G-Fundiário), no âmbito da Advocacia-Geral da União, para promover a atuação planejada em processos judiciais que versem sobre terras públicas afetadas a políticas ambientais ou agrárias no âmbito da Amazônia Legal.

PORTARIA MAPA Nº 624, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023. Prorroga, por 180 dias, a vigência da Portaria MAPA nº 587, de 22 de maio de 2023, que declarou estado de emergência zoossanitária, em todo o território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil.

PORTARIA ICMBIO Nº 3.779, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023. Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (Processo nº 02122.001184/2018-10).



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA SDI/MAPA Nº 604, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Comitê Técnico de Apoio à Governança de Projetos Estratégicos e delega competências no âmbito da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária.

PORTARIA MIDR Nº 3.473, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MDHC Nº 5, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Intersexo para apresentação de estratégias para a promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas intersexo e com variações das características sexuais no Brasil.

PORTARIA GM/MS Nº 1.736, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde e de suas entidades vinculadas, para propor diretrizes, acompanhar, monitorar e avaliar a implantação do Laboratório Nível de Biossegurança 4 (NB4) no Brasil.

PORTARIA MDA Nº 48, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

PORTARIA MDA Nº 36, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Colegiado do Fundo de Terras e do Crédito Fundiário no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário, define as competências e o funcionamento.

PORTARIA GM/MDIC Nº 333, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Fórum de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Fórum MDIC de Comércio e Serviços (FMCS).

PORTARIA GM/MMA Nº 833, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre os requisitos para a edição da lista de municípios situados no bioma Amazônia prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

PORTARIA GM/MMA Nº 834, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a edição da lista de municípios situados no Bioma Amazônia considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

PORTARIA MPA Nº 150, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Prêmio Mulheres das Águas.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA MIDR Nº 3.499, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Almeirim-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.507, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Juruti-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA GM/MPI Nº 302, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Emergencial de Enfrentamento à Crise Climática nos Territórios indígenas, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas.

PORTARIA MAPA Nº 626, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Instrução Normativa Nº 28, de 20 de julho de 2017, que estabelece os procedimentos operacionais para as ações de prevenção, contenção, supressão e erradicação da praga quarentenária presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola).

PORTARIA MAPA Nº 627, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara estado de emergência fitossanitária relativo ao risco iminente de dispersão da praga quarentenária presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola) nos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.

PORTARIA MJSP Nº 524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta a adesão ao Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas, instituído pelo Decreto nº 11.614, de 21 de julho de 2023.

PORTARIA MDICS Nº 515, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023 (*). Altera a Portaria Inmetro nº 140, de 21 de março de 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Geração, Condicionamento e Armazenamento de Energia Elétrica em Sistemas Fotovoltaicos - Consolidado.

PORTARIA MIDR Nº 3.521, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Aveiro-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.523, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Alenquer-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santarém-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.525, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Terra Santa-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.526, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Porto de Moz-PA, para execução de ações de Defesa Civil.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA MIDR Nº 3.527, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mojuí dos Campos-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.528, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Pacajá-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.532, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jacareacanga-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.533, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Óbidos-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.534, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Rurópolis-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.535, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Bom Jesus do Tocantins-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MJSP Nº 526, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.
Institui a Força Penal Nacional - FPN no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

PORTARIA MCID Nº 1.445, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.
Dispõe sobre o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, no âmbito do Ministério das Cidades.

PORTARIA MDHC Nº 707, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.
Institui o Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR), no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

PORTARIA MAPA Nº 628, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.
Institui o Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.

PORTARIA MEC Nº 2.005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.
Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

PORTARIA MIDR Nº 3.566, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.
Autoriza a transferência de recursos ao Município de São Félix do Xingu-PA, para ações de Defesa Civil.

PORTARIA INCRA Nº 220, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.
Reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Murumuru, localizada no município de Santarém, no estado do Pará.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INCRA Nº 227, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Associação de Quilombos São Miguel Arcanjo de Nova Laudicéia, localizada no município Irituia, no estado do Pará.

PORTARIA INCRA Nº 247, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento Federal - PA, do PDS Porto Carlos.

PORTARIA MMULHERES Nº 303, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MF/MTE/MMA Nº 28, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Termo de Compromisso e o Compromisso de Ampliação da Capacidade Instalada destinados às centrais petroquímicas e às indústrias químicas, na forma do Decreto nº 11.668, de 24 de agosto de 2023.

PORTARIA MDA Nº 37, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo, e dá outras providências.

PORTARIA MIDR Nº 3.587, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 940, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Amplia a Área Sob Quarentena e a Zona Tampão relativa à praga Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola), no estado do Pará.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA/MIR/MINC/FCP Nº 5, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o selo de identificação de origem étnica e territorial de produtos produzidos e oriundos das Comunidades Quilombolas, "Selo Quilombos do Brasil".

PORTARIA MIR Nº 380, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova a minuta do Termo de Adesão à Política Nacional de Gestão Territorial - PNGTAQ.

PORTARIA MCTI Nº 7.678, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PORTARIA MCTI Nº 7.679, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA GAB-SENACON/MJSP Nº 35, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece estratégias destinadas à proteção da saúde dos consumidores em shows, festivais e quaisquer eventos de grandes proporções, e dá outras providências.

PORTARIA IPHAN Nº 135, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme o previsto no art. 216, §5º da Constituição da República Federativa do Brasil, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e cria o Livro Tombo de Documentos e Sítios Detentores de Reminiscências Históricas de Antigos Quilombos.

PORTARIA CISET/SE/CC/PR Nº 26, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Cria normas para funcionamento e orientação da Rede de Serviços de Informação ao Cidadão no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, estabelece os procedimentos a serem adotados para atender o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, quanto ao acesso à informação, e dá outras providências.

PORTARIA MJSP Nº 532, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, na Terra Indígena Parakanã, no Estado do Pará.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 948, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de material propagativo de Phalaenopsis (Phalaenopsis Spp.) de qualquer origem.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 949, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de Estrela-do-Egito (Pentas lanceolata) da Guatemala.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 951, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de mudas in vitro de Samambaia-azul (Phlebodium Spp.) de qualquer origem.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 952, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de Estrela-do-Egito (Pentas lanceolata) da Costa Rica.

PORTARIA MIR/AGU INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Plataforma JurisRacial como repositório jurídico sobre a temática da igualdade racial.

PORTARIA MAPA Nº 629, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece o modelo de gestão do Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.

PORTARIA MINC Nº 91, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Grupo de Governança G20 Cultura e o Comitê de Apoio G20 Cultura.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA MDS Nº 933, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho (GT) interno ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome (MDS) para respostas de proteção social em situações de calamidades públicas e de emergências e dá outras providências.

PORTARIA MEC Nº 2.036, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

PORTARIA MIDR Nº 3.627, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

CIRCULAR MDIC Nº 3, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Prorroga o prazo a que faz menção o item 1 da Circular nº 1, de 18 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2023, que trata da consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto ao Programa Selo Verde Brasil.

CIRCULAR MDIC Nº 4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Prorroga o prazo a que faz menção o item 1 da Circular nº 2, de 18 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2023 e retificada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2023, que trata da consulta pública para posicionamento das partes interessadas quanto ao Programa Selo Amazônia.

NORMAS FEDERAIS



121 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS E 02 CIRCULARES DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.120, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa.

LEI Nº 10.126, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos e Micro Produtores e Trabalhadores Rurais da Comunidade Nova Esperança (ASPEMPTRU), no Município de Placas.

LEI Nº 10.127, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR SEM FRONTEIRAS.

LEI Nº 10.131, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo na Terceira Idade, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 10.139, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei Nº 9.649, de 29 de junho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023.

LEI Nº 10.140, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual em Defesa dos Direitos e da Dignidade das Educadoras da Educação Infantil.

LEI Nº 10.143, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (INDESA), com sede e foro no Município de Marabá.

LEI Nº 10.146, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação das Comunidades Quilombolas e Populações Tradicionais do Estado do Pará (FEQUIPA), com sede e foro no Município de Belém.

LEI Nº 10.148, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores, Artesãos e Pescadores Artesanais da Ilha de Santarém, Município de Muaná (APRASI).

LEI Nº 10.149, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores dos Municípios do Baixo Tocantins-Pará (APMBT-PA).

LEI Nº 10.151, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade de Preservação Ambiental e Inclusão Sócio-Educacional (PRISMA).

LEI Nº 10.152, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Amazônia Azul (IAMAZUL), no Município de Belém.

LEI Nº 10.154, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais, Pescadores, Aquicultores e Agroextrativista do Município de Limoeiro do Ajuru (ASPEALIM).

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.157, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Chico Mendes II (APROCACHIN).

LEI Nº 10.158, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Social Paraíso dos Pássaros, no Município de Belém.

LEI Nº 10.164, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei Estadual nº 8.967, de 30 de dezembro de 2019, que instituiu o Programa SUA CASA.

LEI Nº 10.165, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, altera a Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz), no âmbito do Estado do Pará e revoga a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, que cria a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC).

LEI Nº 10.167, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS).

LEI Nº 10.168, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre determinação que as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, no Estado do Pará, divulguem em suas faturas os números para denúncias de violência contra mulher, no âmbito doméstico-familiar.

LEI Nº 10.169, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a divulgação, pela rede de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, da cartilha "Eu Me Protejo Porque Meu Corpinho É Meu", a qual ensina a própria criança a reconhecer e se proteger de abusos e agressões na infância, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 10.173, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Piscicultores (as) do Município de Gurupá (CRIAPIRA).

LEI Nº 10.175, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Vitória (APPRNV).

LEI Nº 10.181, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Cria o Programa de Melhoria da Gestão de Aprendizagem da Educação Básica (Escola que Transforma), vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e que abrange os Professores e Servidores da Sede da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET).

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.442, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. Homologa o Decreto n° 856/2023 – GAP/PMS, de 11 de outubro de 2023, edtado pelo Prefeito Municipal de Santarém, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO N° 3.447, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2023*. Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaboração do Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos do Estado do Pará, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, transparência e integridade da pecuária paraense.

DECRETO N° 3.451, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto n° 147, de 05 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Chaves, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.455, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara Situação de Emergência nas áreas dos Municípios afetados por estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0).

DECRETO Nº 3.460, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 021/2023-PMP/GP, de 17 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Prainha, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.461, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 037, de 21 de setembro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Rurópolis, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.462, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 148/2023/PMTS, de 16 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Terra Santa, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.463, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 171 de 11 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Belterra, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.464, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 175/2023, de 18 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Mojuí dos Campos, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.465, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 402/2023, de 20 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Monte Alegre, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.466, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 418, de 11 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Óbidos, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.467, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 642/2023 – GP/PMC, de 13 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Curuá, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.468, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 865/2023, de 11 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Alenquer, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.469, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 5.503/2023, de 13 de outubro de 2023, editado pela Prefeita Municipal de Juruti, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.470, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 3.474, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 286, de 10 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Oriximiná, que declara "situação de emergência", em virtude do desastre classificado e codificado como estiagem nas áreas naquele Município.

DECRETO Nº 3.479, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 061/2023, de 16 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Jacareacanga, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.485, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 2.071, de 20 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação das consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis e dos militares da ativa do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.490, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 260, de 13 de setembro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Oriximiná, que declara "situação de emergência", em virtude de Desastre Meteorológico de Vendaval, nas áreas naquele Município.

DECRETO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023. Convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Pará e dá outras providências.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.495, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS-PA), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Ficam designados representantes para compor o Grupo de Trabalho com propósito de elaborar o Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.507, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivos do Decreto nº 2.854, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

DECRETO Nº 3.508, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivo do Decreto nº 3.119, de 29 de maio de 2023, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar Federal nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

DECRETO Nº 3.513, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2023.

DECRETO Nº 3.512, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivo do Decreto nº 3.438, de 30 de outubro de 2023, que acrescenta dispositivos ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 3.520, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS-PA), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 3.521, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 072/2023 – GAB/PMA, de 13 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Aveiro, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.522, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 120/2023 – GAB/PMI, de 09 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Itaituba, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.523, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto n. 0126/2023 GAB-PMM, de 02 de outubro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Maracanã, que declara "situação de emergência", em virtude de Erosão Costeira/Marinha, em áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.524, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Homologa o Decreto nº 837 – GAB / PMA, 16 de outubro de 2023, editado pela Prefeita Municipal de Almeirim, que declara "situação de emergência", em virtude de estiagem nas áreas daquele Município.

DECRETO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Ficam nomeados os representantes para compor o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES - Clima).

RESOLUÇÃO Nº 06/2023 – PR/CAL. Instituir a remuneração sob a forma de Jetons aos membros do Conselho Fiscal do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COGES-CLIMA N° 02, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023. Torna Público a criação de Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Construção do Sistema Jurisdicional de REDD+ (CTAC-REDD+), do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima).

PORTARIA SEMAS Nº 02479/2023-GAB/SEMAS. Tornar público as metas para avaliação institucional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS.

PORTARIA SEMAS Nº 2.563, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Comissão Eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM), para o biênio de 2023/2025.

PORTARIA SEMAS Nº 2.665, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o art. 1º, da Portaria SEMAS nº 936, de 18 de maio de 2023, que dispõe sobre a composição da Câmara Técnica Permanente do Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA Nº 138/2023 – GAB-SEC/SEGUP. Instituir o Programa "Pró Mulher Pará" no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, com o propósito de aprimorar o atendimento e romper o ciclo de violência contra as mulheres em situação de vulnerabilidade.

NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA Nº. 960 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA "CAMILLO VIANNA". Dispõe sobre Criação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Estudos de Impacto Ambiental - EIA da Avenida Liberdade.

EDITAL-SEMAS Nº 01 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. O Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), em conformidade com a Lei Estadual 9.048/2020, Decreto Estadual 941/2020, e Decreto Estadual 2.744/2022, e de acordo com as condições estabelecidas nesta convocação, torna pública a presente CHAMADA PÚBLICA com as regras para a seleção de BENEFICIÁRIOS do PROGRAMA VALORIZA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS ("VALORIZA TS").

62 ATOS NORMATIVOS E 01 EDITAL ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 108.559/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta o procedimento a ser adotado para a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano no Município de Belém, nos dias 05 e 12 de novembro de 2023, de forma gratuita, para os estudantes que comprovarem que irão prestar o EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO -ENEM 2023.

RESOLUÇÃO Nº 037/2023 - COMDAC. Aprovar o Plano Municipal de Enfrentamento às Violências contra Criança e Adolescentes.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2023 – PMB/SEMAD, 16 DE OUTUBRO DE 2023. Institui normas acerca dos procedimentos necessários para realização do inventário anual de bens móveis, imóveis e de consumo dos órgãos e entes que compõem o município de Belém, e define medidas correlatas.

PORTARIA N.º 452/2023 – PMB, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023. Fica instituída a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação - CMAA, do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência - PMIA e do Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC, com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução do Plano e do Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC, bem como fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e a gestão pública.

PLANO ESPECÍFICO DE REASSENTAMENTO – PER MIOLO DO JURUNAS SUB-BACIA II DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA.

04 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E 01 PLANO DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

PORTARIA GM/MPI Nº 302, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui Grupo de Trabalho Emergencial de Enfrentamento à Crise Climática nos Territórios indígenas, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas.

FINALIDADE

Articular, gerenciar, monitorar in loco e propor ações de ajuda humanitária e de proteção social e territorial para os povos indígenas afetados.



PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

COMPOSIÇÃO

I - um representante do Gabinete da Ministra;
II - um representante da Secretaria-Executiva;
III - um representante da Secretaria de Direitos Territoriais Indígenas;
IV - um representante da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena;
V - um representante da Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas; e
VI - um representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.

PRODUTO A SER GERADO

Como produto do Grupo de Trabalho, será elaborado relatório que apresente diagnóstico das situações emergenciais relacionadas à crise climática que afetem a vida dos povos indígenas em seus territórios, com a proposição de um protocolo de ações e/ou plano de contingência para efetivar medidas concretas voltadas para a reparação dos impactos e garantia do bem viver das comunidades indígenas.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

PORTARIA GM/MMA Nº 834, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a edição da lista de municípios situados no Bioma Amazônia considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

LISTA DE MUNICÍPIOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E REDUÇÃO DOS DESMATAMENTOS E DEGRADAÇÃO FLORESTAL

Dentre os municípios citados nesta Portaria, destaca-se: Altamira/PA, Anapu/PA, Cumaru do Norte/PA, Dom Eliseu/PA, Itaituba/PA, Itupiranga/PA, Jacareaganga/PA, Marabá/PA, Medicilândia/PA, Moju/PA, Mojuí dos Campos/PA, Novo Progresso/PA, Novo Repartimento/PA, Pacajá/PA, Paragominas/PA, Placas/PA, Portel/PA, Prainha/PA, Rondon do Pará/PA, Rurópolis/PA, Santana do Araguaia/PA, São Félix do Xingu/PA, Senador José Porfírio /PA, Trairão/PA, Ulianópolis/PA e Uruará/PA.

AS LISTAS

I - de Municípios considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestaL; e

II - de Municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

LISTA DE MUNICÍPIOS COM DESMATAMENTO MONITORADO E SOB CONTROLE

Dentre os municípios citados nesta Portaria, destaca-se:

Brasil Novo/PA, Santa Maria das Barreiras/PA e Tailândia/PA.

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

LEI ESTADUAL Nº 10.167, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS).

DO FUNDO DE SUBVENÇÃO DO PROJETO VALORIZA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS (FUNDO - VALORIZA TS)

Fica criado o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS), como instrumento econômico para geração de estímulos aos provedores de serviços ambientais e ecossistêmicos.

OBJETIVOS GERAIS

- **Manutenção de áreas conservadas, bem como estímulo ao processo de recuperação florestal nos imóveis beneficiários e garantia de rendimentos adicionais;**
- **Incentivo e assistência aos beneficiários para o alcance da regularização fundiária e ambiental de imóveis rurais ou territórios coletivos;**
- **Fornecer assistência técnica para que os beneficiários possam se tornar provedores de serviços ambientais e ecossistêmicos, permitindo sua participação no Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).**

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

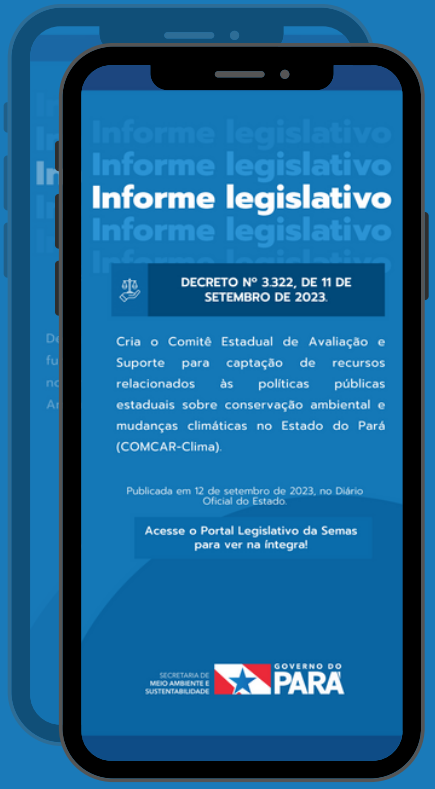
Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.

LEI Nº 10.167, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS).

DECRETO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023

Ficam nomeados os representantes para compor o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES - Clima).



RESOLUÇÃO COGES-CLIMA Nº 02, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Torna Pública a criação de Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Construção do Sistema Jurisdicional de REDD+ (CTAC-REDD+), do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima).

PORTARIA SEMAS Nº 2.563, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Institui a Comissão Eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM), para o biênio de 2023/2025.

PORTARIA SEMAS Nº 2.665, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Altera o art. 1º, da Portaria SEMAS nº 936, de 18 de maio de 2023, que dispõe sobre a composição da Câmara Técnica Permanente do Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



VI CONGRESSO AMAZÔNICO DE DIREITOS INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

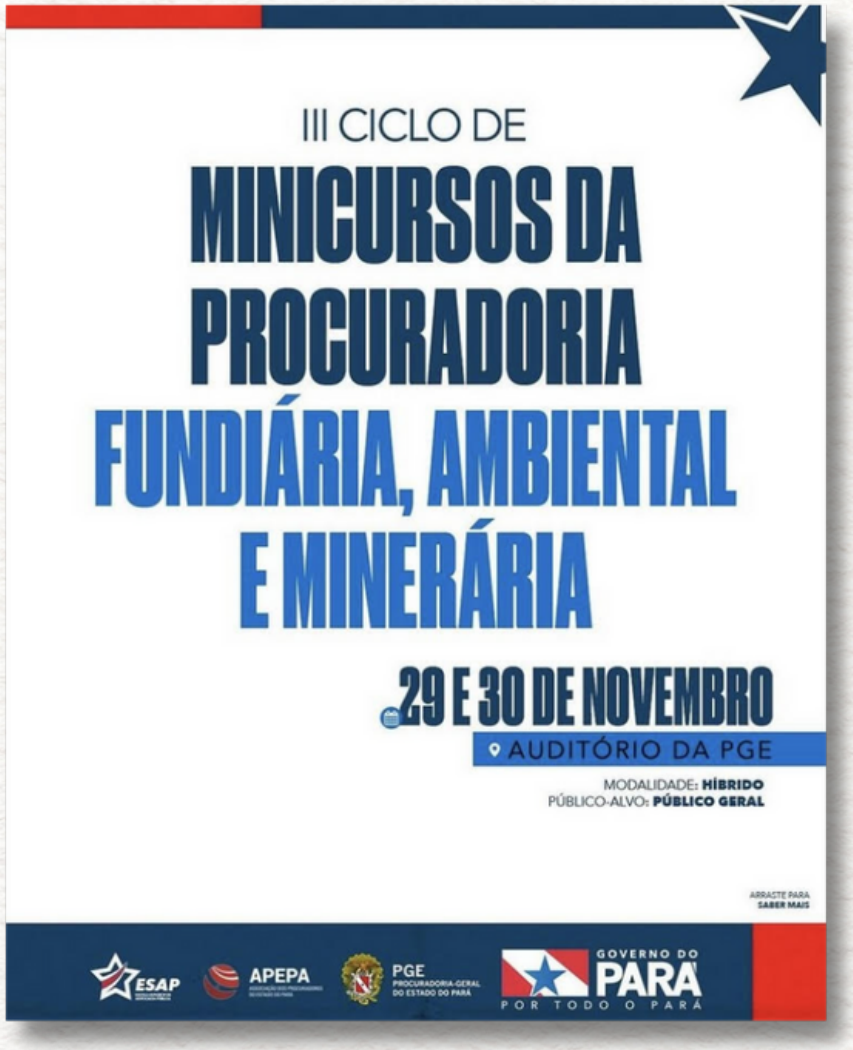
O VI Congresso Amazônico de Direito Internacional dos Direitos Humanos, realizado no auditório do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará.

As inscrições são realizadas gratuitamente na página de Instagram do Congresso ou no link abaixo.

CLIQUE AQUI!

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



III CICLO DE MINICURSOS DA PROCURADORIA FUNDIÁRIA, AMBIENTAL, MINERÁRIA E IMOBILIÁRIA - PFAM/PA

Promovido pela Procuradoria do Estado (PGE/PA), este ciclo conta com palestras sobre Litigância climática; Comercio de emissões de gases de efeito estufa; Mineração, seus impactos e sistema de indenização.

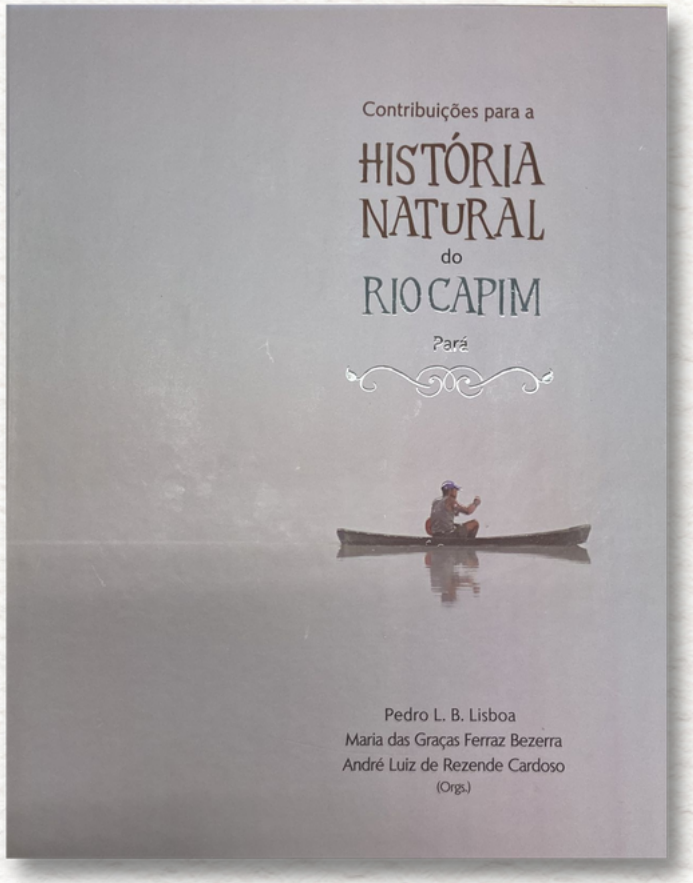
As inscrições (on-line e presencial) são realizadas gratuitamente no link abaixo:

CLIQUE AQUI!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA NATURAL DO RIO CAPIM

Escrita por Pedro L. B. Lisboa, Maria das Graças Ferraz Bezezza e André Luiz de Rezende Cardoso, a obra faz um apanhado histórico contando sobre o acervo de biodiversidade do RIo Capim e as comunidades tradicionais que lá vivem. Quilombos remanescentes da escravidão, ribeirinhos, entre outros povos habitam e se relacionam com o Rio Capim até os dias de hoje.

Entende-se o livro como uma forma de trazer luz para essa realidade de um dos afluentes do Rio Guamá, com sua carga de ancestralidade e identidade do povo paraense.

Autores: Pedro L. B. Lisboa, Maria das Graças Ferraz bezende Bezerra e André Luiz de Rezende Cardoso

DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO NA BIBLIOTECA DA SEMAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Semas prioriza benefícios para comunidades tradicionais em Sistema de Redd+ do Pará

Plano do Governo do Estado será lançado oficialmente na COP 28, nos Emirados Árabes, no final deste ano

O Pará está estruturando o seu sistema jurisdicional de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal (Redd+). Isso significa que o Estado vai incentivar a geração de créditos de carbono e mediar a venda desses créditos no mercado voluntário no Pará, priorizando os benefícios para o meio ambiente e para as populações e comunidades tradicionais que vivem no território estadual. A implementação dessa política pública vem sendo conduzida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) com o apoio de entidades do terceiro setor. A iniciativa será um dos destaques do Pará na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP) 28, no próximo mês, em Dubai.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Sobre Redd+ – A sigla Redd+ se refere à Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal, considerando ainda as ações de conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal.

Clique aqui e confira a materia na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br

Novembro Azul

